

A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas

Milena Santos de Jesus¹
Sandra Maria Pereira do Sacramento²

Resumo

O corpo feminino sempre esteve no centro das representações feitas pela metafísica ocidental. Tais atribuições de sentido possuíam uma visão *essencializada* no concernente à relação sexo-gênero-desejo e encarregaram-se de embasar os discursos religiosos, científicos e biológicos. A naturalização do discurso de gênero como consequência direta do construto discursivo do sexo permaneceria inquestionável e distanciada das relações de poder até os estudos críticos de gênero. O presente artigo tem por objetivo abordar a história do feminismo a fim de compreender como as concepções de sexo e gênero recebeu atenção. Os principais teóricos, que subsidiam esta pesquisa têm em comum o questionamento sobre as relações culturais de sexo e gênero. Dessa maneira, propomos realizar aproximações entre as teorias feministas levantadas no percurso da história do feminino, com a intenção de perceber de que forma os estudos sobre as mulheres foram compreendidos no decorrer das três ondas feministas. Cabe ressaltar que a forma como a história do feminismo é dividida é norteada por uma postura evolucionista, pois é feita em fases ou ondas.

Palavras - chave: Mulher. Corpo. Feminismo

The provided approach to sex and gender in different wave feminist

Abstract

The female body has always been in the center of representations made by western metaphysics. Such attributions of sense possessed an essential vision pertaining to the relationship between sex, desire and gender. These attributions served as basis in religious, scientific and biologic discourses. Women would, then, became represented by models of docility, maternity and submission. As a direct consequence of the discursive construct of sex, the natural fashion of gender discussion would remain unquestionable and distant from power relations until the advent of critical studies of gender. The perspective in which sex, desire and gender are distant from the idea of discursive construct and thus related to the natural paradigm, had not been questioned by the first and second waves of feminism. The main theorists, who subsidize this research have in common the question on cultural relations of sex and gender. Thus, we propose to carry out similarities between feminist theories raised in the course of the history of women, with the intention of understanding how the studies on women were understood during the three feminist waves. Importantly, the way the story is divided feminism is guided by an evolutionary approach, as is done in phases or waves.

Keywords: Woman. Body. Feminism

¹ Discente do programa de mestrado Linguagens e Representações Universidade Estadual de Santa Cruz. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). e-mail: jsmyllena@yahoo.com.br

² Professora titular em Teoria da Literatura (UESC/DLA). Doutora em Letras Vernáculas - Literatura Brasileira pela UFRJ; e-mail: sandramsacra@uesc.br

1 Introdução

A visibilidade conferida à mulher, através do movimento feminista, possibilita novos significados de política, família e sexualidade. O presente artigo tem por objetivo abordar a história do feminismo a fim de compreender como as concepções de sexo e gênero receberam atenção. O entendimento sobre a problemática da construção do gênero requer a necessidade de pensar a historização do feminismo fora da linha temporal fixada pela história. Desta forma, o estudo proposto, aqui sobre as ondas do feminismo, não se preocupa em seguir uma cronologia linear, mas mostrar como as teorias do feminismo se aproximam ou se distanciam no que tange à construção do gênero.

A primeira onda do feminismo, marcada pela presença de Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier, se deteve nas reivindicações dos direitos e garantias fundamentais e da autonomia econômica da mulher. A ideologia do movimento, na etapa citada, é compreensiva a partir do entendimento de que a história da fase inicial do movimento se associa aos ideais da Revolução Francesa.

As feministas da primeira onda vislumbravam o comportamento feminino regulado pela legitimação das leis e dos costumes. A ocupação da mulher na condição do *outro*, servindo para negligenciar o não pertencimento ao âmbito androcêntrico, é retomada por Simone de Beauvoir, em 1949, com o *Segundo Sexo*. Os pressupostos desenvolvidos pela autora no livro citado podem ser resumidos na divulgadíssima frase “Não se nasce mulher, torna-se”. Certamente, o tornar-se mulher é impregnando de inúmeros percalços, os quais conduzem o feminino a se distanciar do conceito de sujeito valorado desde o Iluminismo, que enfatizava o livre arbítrio e a transcendência do homem. Embora a crítica de Beauvoir afirme a diferença entre os dois sexos, não chega a criticar a modernidade, pois está vinculada aos ideais existencialistas e ao pensamento dialético pós-hegeliano.

A segunda onda do movimento, também designada de *ginocrítica* é composta por Julia Kristeva, Hélène Cixous e Lucy Irigaray, as quais percebem a linguagem como elemento de formação dos estereótipos sobre o sujeito feminino. Os estereótipos, por sua vez, são legitimados pelas diferenças sexuais, tomando como referência o masculino.

Hélène Cixous (2001), em *La risa de La medusa*, realiza considerações sobre a escrita feminina. Desse modo, ela se reporta a não existência de uma mentalidade feminina Universal, pois ela é bela e infinita. Nessa perspectiva, a autoria feminina corrompe a

hegemonia masculina atrelada ao sistema falocêntrico que subordina a mulher à categorização de pólo negativo; sugerindo assim novas instituições sociais opositoras à linguagem “simbólica” do macho.

Escrever, então, seria um ato, que não somente oportunizaria a relação *descensurada* da mulher com sua sexualidade, com seu ser-mulher; mas, antes de mais nada, devolver-lhe-ia o acesso às suas próprias forças, restaurando-lhe seus bens, seus prazeres, seus órgãos, seus imensos territórios corporais fechados e selados; que a libertarão da estrutura mosaica à que sempre lhe reservaram, isto é, do eterno papel de culpada (culpada de tudo, o que lhe fizeram: culpada de ter desejos, de não tê-los; de ser “demasiado fogosa; de não ser as duas coisas, ao mesmo tempo; de demasiado mãe e não o suficiente; de ter filhos e de não tê-los; de amamentá-los e de não amamentá-los). Escreve-te: é necessário que teu corpo de deixe ouvir. Fluxos de energia brotam do inconsciente. Por fim, se colocará, através de tua manifesta vontade, o inesgotável imaginário feminino. (CIXOUS, 2001, p.6).

Lucy Irigaray, em *Spéculum de l' autrefemme* (1974), contribui para os questionamentos sobre o cânone e ruptura das antigas representações ocidentais na medida em que busca promover a “outridade” do erotismo feminino. Com isso, vai apresentar uma representação irruptiva da linguagem, tornando notórias a multiplicidade e variedades femininas. Ela negligencia a teoria freudiana, pois contribui para a subversão feminina no sistema patriarcal. Desse modo, a concepção de “inveja do pênis” abarcaria a visão masculina a respeito do feminino. Ademais, coloca a mulher na condição do outro, mas carecendo tão quanto o macho do falo. Nessa perspectiva, as mulheres são relegadas à invisibilidade social e alavancam uma existência fantasmagórica na histeria e através do misticismo. O misticismo apresenta a mulher como uma fuga para a rede opressora patriarcal. Enquanto o macho precisa penetrar para alcançar o prazer, a mulher encontra satisfação sexual no tato. Nesse contexto, as obras escritas por mulheres estão vinculadas à variação e ao tato, pois o seu estilo se desenvolve a partir de todas as formas, figuras, ideias e concepção firmemente estabelecida. (IRIGARAY, 1974).

Por outro lado, o pós-feminismo emerge impregnado das ideias dos movimentos sociais pertencentes à segunda metade do século XX, ao qual se juntam ao discurso de outras minorias, desestabilizando a unicidade do eu. Judith Butler, teórica de destaque desse período, traz observações consideráveis sobre a subversão feminina. Assim, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da Identidade* (2008), a autora mostra que não só as mulheres foram submetidas ao modelo falocêntrico, mas todas as culturas de minorias que não comungavam com o padrão eurocêntrico e etnocêntrico.

Será possível identificar a economia masculinista monolítica e também monológica que atravessa toda a coleção de contextos culturais e históricos em que ocorre a diferença sexual? Será o fracasso em reconhecer as operações culturais específicas da própria opressão do gênero uma espécie de imperialismo epistemológico, imperialismo esse que não se atenua pela elaboração pura e simples das diferenças culturais como “exemplos” do mesmíssimo falocentrismo? (p.33).

Ao tecer sua crítica aos essencialíssimos, surge no pensamento butleriano a noção de *performatividade*. Essa abarca a questão do identitário, mostrando que existe toda uma construção discursiva que fomenta *o mesmo*, em detrimento da *diferença*. Com isso, o sistema de representação de gênero está associado ao poder, no qual o significante induz à produção de um significado. Nesse contexto, os gêneros recebem importâncias distintas de representação.

[...] ao refutar os essencialismos, Butler defende a questão da performatividade, enquanto produção de identidade, porque “descola” o fenômeno da produção discursiva do mesmo. A partir dessa, é possível perceber que os sistemas de representação estão inegavelmente ligados ao poder e, ao resgatar a materialidade do significante, evidencia a pretensão clássica de priorizar o significado. Nesse momento, a diferença surge, em contrapartida, ao mesmo, representado pelo etnocentrismo ou pelo gênero. (SACRAMENTO, 2012, p.261).

Desse modo, Butler defende que a igualdade de gênero não pode ser tomada descontextualizada, tendo em vista que a construção do sujeito feminino não é dada da mesma forma em todas as culturas. Nesse contexto, a tentativa de criação de um sujeito do feminismo realizada pelas primeiras e segundas ondas é duramente criticada pela teórica citada. Nesse contexto, aprofundaremos no próximo tópico as concepções sobre sexo e gênero no interior das distintas ondas do feminismo.

2 As construções discursivas sobre sexo e gênero presentes nas distintas ondas feministas

Em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem, como resultado da Revolução Francesa, marcou os parâmetros de cidadania que anunciavam os direitos de liberdade e igualdade modernos (SCOTT, 2002, p.25). Entretanto, as mulheres continuaram diluídas no pretenso universalismo do texto e, conseqüentemente, os direitos adquiridos não se estendiam a elas.

Quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre homem e mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social. Na era das revoluções democráticas, ‘mulheres’ tornavam-se excluídas das políticas por artes de um discurso baseado na diferença sexual. (SCOTT, 2002, p.26-27).

A negação do direito ao sufrágio, nesse período, assegurava também as diferenças sexuais. E, em 1791, a francesa Olympe de Gouges redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Na Declaração, Gouges, em 17 artigos, criou sua própria versão para o contrato social, realizando inúmeras observações sobre filosofia, ciência e reforma política, reivindicando tratamento igualitário para os gêneros.

Artigo primeiro

A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum.

Artigo segundo

O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da Mulher e do Homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e, sobretudo, a resistência à opressão. (GOUGES, 2007, p.02).

Gouges (2007) reitera as reivindicações feministas a partir do pensamento racional-iluminista vigente na época. Ela questiona a postura dos idealizadores da Revolução, buscando os direitos civis e a cidadania feminina. Nesse contexto, indaga a utilização dos fatores biológicos para justificar a negligência de direitos às mulheres. *Os Direitos da Mulher e da Cidadã* se vincula ao pensamento evolucionista e essencialista. Gouges vai abordar os direitos do homem e da mulher a partir dos chamados direitos *naturais*. Ao defender que a mulher deveria ser assegurada nos seus direitos naturais, ela continua colaborando com as ideias filosóficas dos racionalistas, que associavam a racionalidade ao masculino e excluíam subjetividades, que poderiam fazer parte desta construção de nação, à que a Revolução se propunha.

A busca pela *igualdade na universalidade*, discurso presente na primeira onda, faz com que as mulheres ocidentais colaborem com a anulação da subjetividade feminina em detrimento da absolutização de um modelo de sujeito - homem, branco e burguês - defendido pela Revolução Francesa. Nesse contexto, o discurso das primeiras feministas será marcado pela enunciação *igualdade na universalidade* e, ao pregar a igualdade entre os sexos, acabou por prender-se a um discurso essencialista. Essa enunciação tem por base o discurso presente na Revolução Francesa: *igualdade, liberdade e fraternidade*. Assim, Gouges em sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* buscava os direitos naturais da mulher.

As mães, as filhas, as irmãs, representantes da Nação pedem ser constituídas em Assembléia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção do governo, resolvemos expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalteráveis e sagrados da mulher, a fim de que esta declaração apresentada

constantemente a todos os membros do corpo social lhes lembre, incessantemente, seus direitos e deveres, para que os atos do poder das mulheres e estes do poder dos homens possam ser, a cada instante, comparados com a finalidade de toda instituição política e que sejam mais respeitados, a fim de que as reclamações das cidadãs, baseadas, daqui em diante, em princípios simples e incontestáveis se voltem para apoiar a Constituição, para os bons costumes e a felicidade de todos. Em conseqüência, o sexo superior em beleza, como em coragem nos sofrimentos maternos, reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos da mulher e da cidadã. (GOUGES, 2007, p.02).

E segue listando os direitos reivindicados para a cidadã. As enunciações essencialistas de Gouges, no tratado citado, conferem e enaltecem o feminino por suas características tidas como *intrínseca como beleza superior* e sofrimentos maternos. Essas afirmativas, dentre outras, corroboram tanto para a dicotomia entre os sexos, quanto para a *naturalização* do discurso sobre o sexo. É observado que a luta desse período gravitava em torno do uso da diferenciação biológica, que atribuía ao homem uma posição hierárquica, social e privilegiada.

Nesse contexto, o gênero era relacionado a uma representação dicotômica pré-discursiva do sexo formando os seguintes pares - homem/masculino e mulher/feminino. É perceptível que esse pressuposto valoriza o discurso biológico. O gênero era visto como reflexo direto do sexo, ou seja, os sujeitos modelam suas identidades a partir da limitação do sexo biológico.

Ao pensar o sexo desvinculado das relações de poder, o patriarcalismo acabou por legitimar a hegemonia masculina como norma social generalizada. Por isso, Arán, em *Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea*, vai nos dizer que:

A família nuclear, que fora cristalizada enquanto ‘instituição sagrada’, no período moderno foi considerada [...] herdeira da necessidade política da constituição do privado [...] a partir daí, a organização pai-mãe-filho passa a ser naturalizada como o lugar originário, por excelência, da constituição do sujeito. (ARÁN, 2003, p. 401).

Nessa perspectiva, ao atrelar a mulher à família nuclear: pai-mãe-filho, a masculinidade esteia a modernidade com o *status* de dominante em função de suavizar o ritmo acelerado da industrialização, mas, ao mesmo tempo, impõe-se com sua tradição. Com isso, no término do século XIX e início do século XX, os papéis masculinos e femininos mantiveram-se definidos em pares dicotômicos, nos quais a mulher representaria o “sexo fraco” e o homem, o “sexo forte”. (BADINTER, 1993).

O sexo, na primeira e segunda onda, foi visto como um atributo essencial e natural do sujeito. A primeira onda feminista vai estar atrelada ao determinismo biológico e a uma postura dicotômica, que concebia a diferença entre homem e mulher a partir da oposição entre

natureza (*essencialismo*) e cultura (*culturalismo*). A teoria feminista dessa primeira fase, a partir do século XVIII, tem, entre outras representantes, a filósofa Simone de Beauvoir, que pública, em 1949, *O Segundo Sexo*. Beauvoir fundamenta sua crítica, tendo por base a fenomenologia existencialista a fim de desestabilizar o determinismo biológico, que serviu de justificativa para manter a mulher em absoluta submissão, afirmando que o “ser mulher” é produto de uma construção social, ou seja, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse contexto, o naturalismo conferido ao sexo começa a ser indagado, embora não ocorra de todo uma ruptura com a concepção de naturalização do sexo. O corpo na primeira e segunda onda não é pensado, enquanto discurso, ou seja, *o corpo* em sua *construção*.

A proposta metodológica de Beauvoir era indagar sobre as relações entre sexo biológico e construção da categoria social de mulher. Hoje, o estado atual dos estudos de gênero permite pensar que a construção social de gênero se faz *arbitrariamente* em relação à diferenciação de sexos de homens e mulheres – *não existe a mulher e não existe o homem* enquanto categorias universais. Beauvoir pensava a categoria mulher e a questão da libertação da mulher, posta com algum grau de ambivalência: ser libertada das limitações sociais do seu sexo biológico e ser libertada da forma *social* pela qual este sexo se tornou inferior ao segundo. (MACHADO, 1998, p.108).

Beauvoir, ao trabalhar a questão do sexo, afirma sua relação com o natural, entretanto, esse sexo é exercido a partir de lugares sociais pré-determinados ao feminino. Para que o sujeito feminino esteja integrado a um sexo, pressupõe que ele deva fazer parte de um gênero³ estabelecido culturalmente. Beauvoir corrobora o entendimento de que o gênero existe a partir de uma compulsão cultural, na qual os sujeitos devem se enquadrar a fim de se fixar em uma categoria. Assim, a mulher deveria deter um constructo formado por características como feminilidade, doação, sentimento de maternidade, docilidade, subordinação inerentes ao feminino.

Beauvoir, embora negue a naturalização do sexo, não abandona o binarismo presente na metafísica ocidental. Antes, propõe que a mulher assuma o seu papel, na medida em que as práticas sociais são executadas com o intuito de mantê-la atrelada a valores e práticas, que irão reafirmar a sua sexualidade. Sem dúvida, o discurso a respeito de machos e fêmeas determina a maneira pela qual ambos devem se comportar em sociedade: “Não é enquanto corpo é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si

³Beauvoir em sua teoria não usou a palavra gênero. Essa só foi utilizada a partir dos anos 80 do século passado. Millett (1975) foi a primeira a usar o conceito de gênero na teoria feminista, na sua tese de doutoramento apresentada em 1969, trabalhou o conceito de gênero a partir dos postulados dos psiquiatras Money e Stoller, para rechaçar o argumento biologista da subordinação feminina na elaboração de sua "política Sexual". Somente na segunda metade da década de 80 incorporou-se esse conceito à análise feminista.

mesmo e se realiza. É em nome de certos valores que ele se valoriza”. (BEAUVOIR, 1991, p. 56).

Desse modo, percebe-se que o corpo da mulher encontra-se pré-definido pelo social, já que esse é visto como um diferenciador entre machos e fêmeas e, para tanto, devem obedecer a práticas discursivas, que modelam os gêneros. Entretanto, ele não é o único fator determinante para delimitar sua atuação no social, pois a biologia não basta para entender a atuação dos gêneros, já que as enunciações discursivas elaboram um conjunto de comportamentos a serem seguidos pelos gêneros como deixa claro Beauvoir (1991).

A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para defini-la. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 1991, p. 57).

Na teoria de Beauvoir, o sujeito feminino é o *Outro* construído pela negação das representações atribuídas a *um* não-masculino. A teoria dita de primeira onda, remanescente do essencialismo francês, apesar de contribuir para repensar a categorização das mulheres, continua a perpetuar a divisão binária dos sexos, calcada da submissão da mulher ao homem.

O feminismo das décadas de 1960 e 1970 é definido didaticamente como segunda onda. Nesse período, ocorre a desvalorização do discurso perpetuado na primeira onda. Assim, passamos do discurso da *igualdade na universalidade* para a *igualdade na diferença*. A luta feminista desse período, baseada no discurso da diferença não destitui o sexo da condição naturalizada proposta pelo discurso biológico anterior. A teoria feminista do período de certa maneira retoma os postulados de Beauvoir, que pensava o sexo como natural e o gênero (mesmo sem usar essa palavra) como construído e a crítica feminista avança no sentido de começar a questionar sobre esta possível naturalização.

Nesse período, a teoria feminista ganha grande contribuição, já que filósofos e teóricos, como Jacques Derrida (1972), Michael Foucault (1992), dentre outros, formularam teorias, as quais põem em xeque a visão dicotômica empregada sobre os conceitos modernos, que ocasionam o encerramento, o esvaziamento e a tomada dessas como verdades absolutas. Estas teorias, aliadas às discussões sobre a construção do sexo e gênero, empreendidos pelas pós-feministas, irão compor o cenário teórico-crítico da terceira onda, a partir dos anos noventa do século passado.

Foi, com certeza, a “desconstrução” derrideana que inspirou o processo analítico da “desconstrução de gênero” desenvolvida pelas feministas no mundo anglo-saxão em substituição aos impasses metodológicos dos “estudos de mulheres”. A variedade de métodos desconstrucionistas acompanha a variedade dos olhares derivados dos diferentes lugares teóricos e políticos de fala. Para além de sua diversidade, a(s) metodologia(s) da desconstrução de gênero supera(m) impasses dos “Estudos de Mulheres”. (MACHADO, 1998, p.107).

A teoria desconstrucionista de Derrida contribui para a releitura das relações de gênero. Assim, na ótica derridariana, as oposições que caracterizavam o masculino e o feminino radicam-se em construções discursivas. A desconstrução proporciona uma ruptura com o pensamento metafísico ocidental, ao questionar, deslocar e realocar discursos, que eram considerados canônicos. Ela incorrerá contra as oposições binárias da metafísica ocidental.

Derrida (1973), em *Gramatologia*, retomaria as concepções arraigadas na sociedade ocidental, legitimadas pelas metanarrativas a fim de contestá-las. Para tanto retira de cena a crença de qualquer significado fixo e estável – o que chama de significado transcendental (gramatologia). A gramatologia tem como proposta a desconstrução dos conceitos inquestionáveis impostos pela metafísica ocidental. Nesse sentido, o significado surge como o resultado do encadeamento de significantes, sem referentes ou significados estáveis.

A crítica de Derrida versa sobre os pares binários que constroem o quadro epistemológico de conhecimento do Ocidente: espírito versus corpo, cultura versus natureza, razão versus emoção, considerados como um sistema legitimado no falocêntrico e no logocentrismo. Trata-se de duas intensas estruturas norteadoras das relações de poder da sociedade. Ele esclarece que tais polaridades foram instituídas através da história da sociedade ocidental a partir do logocentrismo, o qual contempla os pressupostos dos discursos patriarcais estabelecidos como *a Verdade*. O pós-estruturalismo irá intervir nos sistemas lógicos dominantes e impostos a todos de forma etnocêntrica. Dessa forma, vai trazer para o âmbito dos questionamentos a construção do sujeito mediado pelos discursos, mas, ao mesmo tempo, detentor de certa autonomia; na medida em que, sendo algo performático, isto é, mantem-se pela repetição, podem ser desconstruídos e negociados a todo o momento.

A partir do final da década de 70, a crítica feminina ao patriarcado e aos valores masculinos tradicionais se torna mais contundentes. O debate sobre a teoria feminista a secciona em duas vertentes, a primeira cabível ao feminismo anglo-americano e a segunda, ao feminismo francês. A primeira busca a construção identitária da mulher por meio de indagações sobre a ideologia patriarcal que configurava a crítica tradicional e construía o

cânone literário. Nesse sentido, questiona o cânone literário masculino e hegemônico, que delimitava as noções de gênero e de temáticas para a produção literária. A crítica anglo-americana indaga a exclusão da mulher, enquanto agente da prática discursiva, e busca inserir alterações na representação das histórias femininas. Dessa maneira, trabalha com a manipulação e os aspectos arbitrários nas representações femininas no âmbito do literário, bem como questiona e incentiva a escrita da mulher como expressão de sua vivência social.

No momento em que as concepções presentes na metafísica ocidental são indagadas, as categorias de homem e mulher também são repensadas. As feministas da segunda onda adotavam o patriarcalismo e a opressão das mulheres como características principais, que as colocavam numa mesma categoria. Consequentemente, na tentativa de generalizar e colocar todas as mulheres tendo o patriarcalismo como opressor do sexo, as feministas excluem sujeitos que deveriam integrar sua teoria tais como as mulheres negras e latino-americanas. Segundo Moreira, em *A Organização das Feministas Negras no Brasil* (2011):

[...] Primeiro, a posição política e econômica das mulheres Negras lhes fornece uma visão diferente da realidade material daquelas disponíveis para outros grupos. [...] Segundo, estas experiências estimulam uma percepção peculiar do feminismo negro no que se refere à sua realidade material. Em poucas palavras, um grupo subordinado não só experimenta uma realidade diferente daquela do grupo hegemônico, mas um grupo subordinado pode entender aquela realidade diferente do grupo dominante. (MOREIRA, 2011 p. 83).

As teorias das feministas, que integram a segunda onda, tendem a ser variáveis. Entre as teorias presentes, nesse período, encontra-se a de Monique Wittig, que defende a absolutização do feminino *versus* o masculino, colocando o feminino como o único sexo, entre o binarismo da diferença sexual, que é marcado. Butler (2008), explorando a perspectiva de Monique Wittig, retoma o artigo *FeministIssues*. Desse modo, a teoria de Wittig vai destituir da categoria de mulher para que ocorra a possibilidade de questionamento da relação opressiva/opressor. Para ela, existe apenas o sexo feminino. O masculino não caberia dentro de uma classificação de sexualidade, pois o ser sexuado é aquele que foi particularizado, enquanto que o masculino institui-se como o sujeito universal. Na proposta de Wittig, o sexo é um dado artificial e proporcionador de unidade. Assim, o corpo feminino foi marcado por restrições do ato reprodutivo.

A proposta de Wittig de estabelecer o sexo feminino como absoluto emprega a perspectiva positivista, desenvolvida no século XVIII, que selecionava o homem, branco, burguês e europeu, como modelo de homem universal. Essa postura excluía não somente a categoria das mulheres, mas todos aqueles que não se encaixavam neste modelo europeizante.

Nesta versão, a mulher era vista como o “sexo”, responsável pela procriação da espécie, ou seja, de tudo aquilo, que a colocasse num estado de imanência, como sugeriu Beauvoir.

A teoria de Wittig colabora com indagações sobre a condição de uma naturalização do sexo, dada por meio de uma construção cultural, através de atos de fala performativos da linguagem, os quais com mais veemência foram estudados na terceira onda. Ela mantém suas discussões em torno da construção do sexo, com fundamentação no discurso biologizante, refutando uma discussão mais ampliada sobre a construção de gênero. Enquanto Wittig coloca o feminino como sexo único, Irigaray, em *Esse sexo que no es uno* (2009), vai propor a tomada do masculino como o sexo uno e que encerra todo o processo de significado. A universalidade do masculino seria marcada tanto pelo significante, quanto pelo significado do gênero.

Deste modo, o mistério que ela [a mulher] representa em uma cultura que procura enumerar tudo, calcular tudo em unidades, elaborar inventários de individualidades. Ela não é nem um, nem dois. Não é, a rigor, determinada como uma pessoa, nem tão pouco como duas. Ela é resistente a toda definição adequada. Além disso, não tem nome próprio. E seu sexo, que não é um sexo, é contado como não sexo. (IRIGARAY, 2009, p. 19).

Irigaray, ao propor o rompimento com o sistema binário, coloca a mulher como “sexo” múltiplo. Entretanto, ela enxerga possibilidades variadas de contestação, pois evidencia multiplicações de outras sexualidades, que não se conformam à inteligibilidade sexual. Portanto, tal multiplicidade não-ontológica seria a prova da falha do sistema, como afirma Judith Butler, em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*:

Irigaray afirmaria, no entanto, que o “sexo” feminino é um ponto de ausência linguística, a impossibilidade de uma substância gramaticalmente denotada e, conseqüentemente, o ponto de vista que expõe essa substância como uma ilusão permanente e fundante de um discurso masculinista. Essa ausência não é marcada como tal na economia significante masculinista-afirmação que se contrapõe ao argumento de Beauvoir (e de Wittig) de que o sexo feminino é marcado, ao passo que o masculino não o é. (BUTLER, 2008, p.30).

Na teoria de Irigaray, a mulher assume a condição de paradoxo presente no interior do discurso masculino, e se torna um sujeito irrepresentável, o inominável, o ausente. Essa condição possibilitou às mulheres o questionamento das estruturas dicotômicas dos gêneros e do próprio falocentrismo. Desse modo, ela refuta tanto Beauvoir, que coloca o feminino como o “outro”, quanto Wittig, que o entende como a falta. Wittig e Irigaray, em suas teorias, ratificam as posições dicotômicas nas relações entre os sexos e os gêneros. Com isso, Wittig, ao propor a criação de um “terceiro sexo”, integrando a lésbica a tal condição e a tomando

como pós-discursivo, não ficou atenta à inviabilidade de estar fora das relações de poder, pois a construção identitária, para se manter, precisa, necessariamente, de um sistema de representação. No mais, ao limitar um espaço posterior ao discurso, pós-genital, a teórica reforça a inflexibilidade dos pares binários do modelo heterossexual, já que só seria possível se desviar deste modelo, se o sujeito estivesse fora do sistema binário do *sexo*. Na teoria de Irigaray, por outro lado, ocorre a depreciação da significação do feminino, ao propor que tanto o feminino, quanto o masculino, são essencialmente masculinizados.

Os estudos das feministas da primeira e segunda onda têm relevante contribuição para o questionamento e a ressignificação dos estudos de gênero. É perceptível que as teorias que integram esse período compartilham do pensamento estruturalista, que se baseia na metafísica ocidental para naturalizar as relações entre os gêneros. Por outro lado, na terceira onda ou pós-feminismo, as relações entre os gêneros serão consideradas dentro do âmbito cultural. A concepção de sexo existente na primeira e, inicialmente, na segunda onda do feminismo, tem por base as ideias iluministas da Revolução Francesa; ainda que questionados. O sexo biológico serviria na atribuição das funções sociais delegadas a homens e mulheres. No mais, o sexo vai ser compreendido pelo pressuposto da essencialidade e da metafísica. Os sujeitos homem/ mulher são construções indenitárias pré-discursivas, na medida em que o sexo é o definidor da categoria ocupada.

A partir da década de 1970, outra forma de se pensar as relações entre os sexos é colocada, em uma vertente, que se detém na relação entre os gêneros. As teorias feministas encontrariam aporte em outras áreas das ciências, entre estas, a filosofia, a psicanálise, a antropologia. Essas ciências passam a indagar a metafísica dos logocentrismos, conseqüentemente, às divisões “naturais” entre sexo, como discurso para a distinção e a subjugação do feminino ao masculino, também são revisitadas. O gênero passa a ser concebido como um “saber, [e] esse conhecimento das diferenças sexuais, é o significado da compreensão produzido pelas culturas, é um saber em transformação, instituições, rituais, práticas cotidianas. Um saber sobre a realidade social que a organiza” (SCOTT, 1994, p.12).

Entretanto, na década de 1970, as abordagens sexo igual a gênero não deixam de existir completamente, mas a própria tomada da palavra gênero para os estudos feministas retira a discussão sobre os sexos do âmbito biológico, transpondo-a para o político-cultural. As relações entre homem e mulher passaram a ser compreendidas a partir da tomada de outras variáveis intervenientes, como classe e raça.

As discussões sobre gênero não se restringem ao aspecto dicotômico e essencialista conferido ao sexo. Repensar o gênero acarretaria também indagar questões que cercam o sujeito pós-moderno como a identidade, a representação e as categorias sexuais, entendidas como necessárias à construção do sujeito ocidental. Dessa maneira, abordar o gênero implica compreender o processo de construção identitária do sujeito. Nesse sentido, o pós-feminismo assume pressupostos distintos dos elencados pelas feministas humanistas, que essencializavam o sujeito e o gênero. No pós-feminismo, o determinismo biológico é superado e negligenciado; na medida em que o corpo é tido como invento discursivo das representações, que constroem aquilo que chamamos de *realidade*. Com isso, se originam uma pluralidade de gêneros e um sujeito do feminismo multifacetado. Agora, gênero e sexo serão tomados como construções da cultura. As práticas discursivas, que se estabelecem no meio social, corroboram para a permanência ou para a desconstrução de modelos performativos, que podem ou não atender à inteligibilidade prévia de gênero, ou seja, estar dentro do modelo da metafísica ocidental, que relaciona sexo, gênero e desejo.

No pós-feminismo, o sujeito não é mais pensado dentro de categorias de identidades sexuais fechadas, antes essas se mostram abertas. Butler aponta para a formação de uma coalizão aberta, a qual compreende repensar e modificar frequentemente a representação, abarcando os sujeitos, que não foram inclusos na categoria elencada do gênero feminino. O gênero, na concepção de Butler, é *ahistórico*, pois sua construção é dada de maneira contínua, não como um produto finalizado das relações culturais e psíquicas, mas como produto de normas organizativas passadas e futuras. Trata-se de um modo de nos situarmos no mundo e, através dessa inserção, aventa-se um estilo ativo de viver nosso corpo. Desta forma, Butler vai defender que tanto o sexo quanto o gênero são construções culturais e não essenciais. O gênero não será nem construção dada por meio de substância, nem como conjunto de atributos variantes, como defende Beauvoir e Wittig, mas, sim, construído, através da *performatividade*.

O conceito de performatividade move a ênfase do identitário como lugar fixo de representação para a concepção de transformação e movimento. A performatividade é primeiramente formulada dentro dos estudos linguísticos de J. A. Austin (1998). Para ele, a linguagem não se limita à descrição de uma ação, uma situação ou um estado de coisa. Austin aplica à sua teoria proposições que chama de “constatativa” ou “descritivas” e performativas, respectivamente. A primeira está no âmbito da descrição do estado das coisas ou da ação, podendo ser verdadeira ou falsa. Entretanto, a linguagem não se limita a descrever, pois

existem enunciações para que o “fato” se efetive ou se realize. É certo que existem preposições descritivas, que funcionam como performativa. Explicando melhor: os atos de fala, através da repetição, constroem o sentido do que é aceito ou não, pela sociedade. Assim, a performatividade está atrelada à produção de uma ação e não é nem verdadeira, nem falsa, entretanto, mantém-se somente em atenção às circunstâncias de legitimação conferida ao sujeito.

Os estudos recentes sobre gênero versam não sobre a origem, mas buscam compreender como é estabelecido dentro de um sistema de representação, que marca a hegemonia masculina *versus* subversão feminina. Desse modo, é mostrada a participação distinta nas relações de poder, mediante a tomada das formações discursivas, dadas no interior dos sistemas de representações, que conferem a homens e mulheres papéis pré-estabelecidos, em que a heterossexualidade impõe-se compulsoriamente. Nesse contexto, uma das vertentes adotadas pelo estudo do gênero é a genealogia crítica. Foucault (2006), reformulando Nietzsche, esclarece que a genealogia se opõe ao estudo da origem. A genealogia propõe oposições aos desdobramentos das significações ideais presentes na meta-história. Ela questiona como a verdade é instituída e legitimada. No âmbito dos estudos do sexo e do gênero, indaga-se a institucionalização discursiva do desejo feminino e das identidades sexuais.

Essa teoria ganha repercussão a partir da década de 80, com os estudos de algumas feministas norte-americanas, as quais lançam questionamentos sobre a forma essencialista como o sexo era compreendido pelas primeiras e segundas ondas do feminismo. Com isso, as primeiras teorias feministas propõem entender o discurso da sexualidade pautado no binarismo identitário homem/mulher; masculino/feminino. É observado que o binarismo acarreta a exclusão de modelos identitários alternativos de sexualidade não reconhecidos pelo sistema representacional ocidental. A genealogia crítica feminista, por sua vez, centra sua investigação sobre as relações estabelecidas com as inúmeras instituições de poderes responsáveis pela legitimação do discurso hegemônico prevalecente no campo social. Assim, empreende seus esforços em desvelar como é dada a preservação da hegemonia dualista do sexo e a recusa dos modelos sexuais, que não participam da heterossexualidade compulsória ou de inteligibilidade de gênero.

A teórica contemporânea Judith Butler (2008) integra a crítica genealógica aos seus estudos para explicar como as categorias fundacionais de *sexo-gênero-desejo* permanecem no modelo representacional ocidental. Ela pontua que a crítica genealógica rechaça a busca das

origens do gênero, a verdade intrínseca do desejo feminino e da identidade sexual. A genealogia atua na investigação das apostas políticas, considerando como “*origem e causa*” categorias de identidade que na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos, cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (BUTLER, 2008, p.9). Assim, a genealogia concentra sua investigação no falocentrismo e na heterogeneidade compulsória.

A genealogia toma como foco o gênero e a análise relacional por ele sugerida precisamente porque o “feminino” já não parece mais uma noção estável, sendo seu significado tão problemático e errático quanto o de “mulher”, e porque ambos os termos ganham seu significado apenas como termos relacionais. (BUTLER, 2008, p.9).

Essa concepção está atrelada à terceira corrente filosófica feminista designada como pós-feminismo, na qual tanto o sexo quanto o gênero passam a ser percebidos como decorrentes das práticas discursivas. Nesse contexto, as relações de poder passam ao centro dos estudos de gênero, mediados pelas práticas discursivas.

Essa proposição rompe como a naturalização conferida ao sexo nas primeiras e segundas ondas do feminismo. Ambas, embora apresentem características particulares, irão conceber o sexo como binariamente fixado a partir do dualismo imposto pela metafísica ocidental. Assim, as premissas discursivas não recaem mais sobre o entendimento do sexo como causa natural. Segundo Machado (2012) sexo e gênero passam a ser tomados como *arbitrariamente construídos* em relação à diferenciação de sexos de homens e mulheres – *não existe a mulher ou o homem*, enquanto categorias universais. Portanto, ao consideramos os vários feminismos é pertinente compreendê-los pelo estudo de gênero, na medida em que se torna inviável compreender os sujeitos isolados de suas trajetórias político-pessoais.

3 Considerações finais

Conceber o corpo sem o discurso sobre a sexualidade é uma tarefa quase que atroz, pois pensá-lo de tal maneira consiste em retirar de cena as práticas discursivas representacionais que são conferidas, desde nosso primeiro “abrir de olhos”, sobre o que é ser homem ou mulher. Nesse contexto, a proposta de Butler (2008) pareceu interessante para o nosso estudo, já que a partir da crítica que tece as teóricas da primeira e segunda onda do feminismo, promovem uma leitura discursiva sobre sexo-gênero atrelado às relações de poder.

Nesse sentido, o gênero é entendido como uma construção discursiva *performática*, na qual o sujeito negocia a todo tempo o indenítário.

Certamente, as feministas anteriores não conceberiam o sexo como uma construção discursiva. Dessa maneira, ele receberia uma visão naturalizada, pautada em um essencialismo particularizado, condicionado à transcendência. Nessa visão, o gênero surge como consequência direta do sexo. O pensamento butleriano, por outro lado, está atrelado ao pós-feminismo. Essa corrente teórica surge vinculada às ideologias dos movimentos sociais da segunda metade do século XX, e passa a comungar com os discursos das minorias, fato que enfatiza a quebra da unicidade do sujeito. A teoria de Butler (2008) avança, pois considera que não só as mulheres estariam ausentes dos discursos hegemônicos do modelo *falocêntrico*, mas todos os sujeitos que não partilhavam da cultura etnocêntrica e eurocêntrica. Assim, ela traz para a obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, questionamentos que endossam a naturalização sexo-desejo-gênero recorrentes na primeira e segunda onda do feminismo.

Surge para a autora a problemática da heterossexualidade compulsória a qual ressalta a dicotomia homem/mulher proposta pelo modelo heterossexual atrelado ao quadro epistemológico de conhecimento do Ocidente, que divide as representações da cultura em pares dicotômicos, considerando-os dentro de um sistema *falocêntrico*, isto é, centrado no logocentrismo e no falocentrismo, como duas estruturas condutoras das relações de poder da sociedade. Dessa forma, a *heterossexualidade compulsória* impõe ao sujeito do par dicotômico a necessidade de ter desejo pelo *outro* integrante da díade. E, mais do que tudo, tal premissa não contemplaria os modelos representacionais ausentes daquele proposto pelo *falocentrismo*.

Refutando os *essencialismos*, Butler defende a *performatividade* como elemento necessário à questão do identitário. Os papéis assumidos por homens e mulheres passam a ser compreendidos pelo “deslocamento” do discurso. Nesse contexto, os aspectos cognitivos e ideológicos dos sujeitos são construídos pelo discurso e, simultaneamente, esse também é o responsável pela construção dos corpos de machos e fêmeas. Nascidos os corpos, os discursos interpelam os sujeitos, formatando-os na díade sexo/gênero. Logo, as identidades de homens e mulheres são arrebatadas pela *performance* “negociada” pelas relações de poder.

É perceptível que os sistemas de representação sobre a sexualidade, assim como os demais presentes na cultura estão atrelados à luta e à manutenção do poder. Desse modo, homem e mulher, antes de tudo, são produtos de uma construção discursiva, na qual é

estabelecida uma hierarquia, um papel social. As representações então buscam resgatar o significante a fim de priorizar o significado, ratificando a *diferença* do Outro do gênero. Entretanto a perspectiva culturalista surge na teoria da autora como grande condutora dos estudos de gêneros. Com isso, as categorias de gênero, classe e etnia, que afirmavam, no passado, as diferenças, hoje devem ser pensadas em seus modelos alternativos os quais se fazem presente de forma disjuntiva, já que as metanarrativas totalizadoras não atendem mais às realidades dos sujeitos.

4 Referências bibliográficas

ARÁN, Márcia. *Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea*. In: *Revista Estudos Feministas*, 11 (2). Florianópolis: UFSC, 2003.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer e fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Arts Médicas, 1990.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução de Maria Ines Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. São Paulo: Difel, 1989.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”, in: LOPES LOURO, G. (org.). *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da Identidade*. Tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: 2008.

CIXOUS, Hélène. *La risa de La medusa: ensayos sobre la escritura*. Traducción de Myriam Díaz-Diocaretz. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 2001.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *Histórias do Cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 4. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

IRIGARAY, Lucy. *Ese sexo que no es uno*. Tradução de Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 2009.

MACHADO, Lia Zanotta. *Gênero um novo paradigma*, cadernos. Brasília, pagu v.11 1998: pp.107-125 Disponível em: < <http://www.pagu.unicamp.br/node/57>> Acesso em: 7 mar.2012.

MACHADO Lia Zanotta. *Campo intelectual e feminismo*: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero, Série Antropologia. Brasília, 1994. p. 1-28. Disponível em: <<http://br.librosintinta.com/alteridade-antropologia/pdf/start-200/>> Acesso em: 30 mar.2010.

OLIVEIRA, Maria Francinete de. *Determinismo biológico e relações de gênero*. Natal; Rio Grande do Norte: Ed. EDUFRN, 2006.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; IUPERJ, 2004.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. *A expressão constituinte do feminismo*: por uma retomada do processo liberatório da mulher. 2007. 179 f. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad.: Vivian e Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 1998. 520 p.

SACRAMENTO, Sandra. *Percursos Críticos*. Belo Horizonte: *Revista da ANPOLL*, v. 23, 2007, p. 339- 355.

SÃO PAULO. Comissão de Direitos Humanos da USP/Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP. *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* In. FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. *Liberdades Públicas*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1978. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>> Acesso em 31 de março de 2010.

SCOTT, Joan Walach. *A Cidadã paradoxal*: as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade, in: LOPES LOURO, G. (org.). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WOLFF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WOODWARD, Hathrun. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-72